

VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS: DA PALMATÓRIA ÀS INCIVILIDADES

Professor PDE-2008: **Sadi Nunes da Rosa**
Orientadora: **Prof Ms.Selma Martins Duarte**

Quando docentes, em vez de levarem seus estudantes com mão segura ao caminho certo, se sentem atemorizados diante deles e se admiram com o desprezo que os alunos lhes devotam; quando os inexperientes ousam nivelar-se aos mais velhos e experientes, enfrentando-os com palavras e ações, enquanto os velhos se misturam à juventude no intuito de obter agrado fácil, ignorando ou mesmo participando dos seus delitos na intenção de assim parecerem nem caducos e nem autoritários; quando a juventude, desviada da rota apropriada, se sente reprimida, revoltando-se contra as obrigações mais mezinhas, já que ninguém lhe ensinou a obedecer àqueles ditames sem os quais não há convivência social, impõe-se o máximo cuidado: a tirania bate às portas.

Platão



Diálogo e debate teórico-conceitual em torno da violência nas escolas constituem importantes formas de prevenção (In NUNES, Sadi. Violência e Cultura de Paz nas Escolas. Toledo: Fasul Editora, 2007 p.73)

Cotidianamente, os brasileiros ouvem, lêem ou assistem a expressões como “a violência está aumentando”, a “violência está descontrolada”. Todos os dias os noticiários estão recheados de relatos de crimes contra a vida, seqüestros, roubos, corrupção e nos últimos anos, com maior intensidade, de casos envolvendo alunos e professores no âmbito da escola. De certo modo, verifica-se uma convivência da própria mídia na maior visibilidade do problema

ao repercutir desnecessariamente fatos muitas vezes isolados e forçando em alguns casos a indignação e comoção nacional, cujas razões deste grande interesse na espetacularização da violência precisam ser discutidas, não sendo este, no entanto, o objetivo deste trabalho.

Neste bombardeio em tempo real da informação de natureza ideológico-consumista, educadores e alunos ficam expostos às próprias conseqüências da violência. Da mesma força, reduz-se o tempo para reflexão e análise das informações recebidas, das formas de manifestação, origem e implicações dos múltiplos e complexos temas veiculados. No campo específico da violência nas escolas, amplia-se a divulgação sobre o aumento dos atos violentos e mesmo de desrespeito dos alunos para com os professores, mas não se viabiliza de forma concreta e permanente no contexto das próprias escolas um amplo debate sobre o tema envolvendo todos os segmentos da escola, notadamente alunos e professores.

Os estudiosos da violência, por sua vez, alertam para a dificuldade de construir um conceito genérico, tendo em vista que a violência, além da multiplicidade de fatores que a originam, da mesma forma ela difere nas suas manifestações. Desta forma, é preciso compreender inicialmente a origem da palavra, provinda do termo latino *violentia*, que quer dizer “veemência, impetuosidade”, e derivada ainda da raiz latina *vis*, “força”, constituindo nos nossos dias um termo complexo que vai muito além da agressão física (PINHEIRO; ALMEIDA, 2004, p. 14). Nesse sentido, há certa dificuldade para se conceituar a violência, pois além de complexa, apresenta um significado histórico e culturalmente construído que impossibilita a abrangência das situações diversificadas em apenas um conceito. Embora exista um núcleo central ligado à noção de agressão física ou moral, a violência deve ser analisada como “uma variedade de sentidos adotados para conceituar esse campo específico” (WAISELFISZ, 2003, p.17).

Conforme Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida¹, em razão desta complexidade, há necessidade de definições específicas de violência, porque a sua compreensão além da agressão física, pode ser entendida como uso da força física também pelo Estado, enquanto força

¹ Pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

autorizada, na condição de “ameaça implícita em consequência de toda infração à lei e a ordem” (2003, p.15), entre outras formas.

A professora Marilena Chauí, por sua vez, compreende a violência além da questão da força física, como “um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror” (2005, p. 342). A violência também tem sua face coletiva com violação da integridade moral, segundo Yves Michaud quando ocorre uma violação perpetrada por várias pessoas ou grupos e que agem de maneira a causar dano “a uma ou várias pessoas, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (*apud* SCHILLING, 2004, p. 38).

A professora Marília Pontes Sposito em seus estudos sobre violência e juventude e posteriormente, sobre violência escolar, observa também que “a violência é todo ato que implica ruptura de um nexso social pelo uso da força” (1998, p. 60). Desse modo, se percebe a dificuldade de construir um conceito genérico de violência, pois a sua manifestação estará sempre ligada a situações específicas, diversificadas. Muito embora os vários conceitos de violência requeiram uma situação específica, a Organização Mundial de Saúde (OMS) trabalha com um conceito amplo que retrata a questão no âmbito da sociedade e entende a violência como:

Uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (*apud* PINHEIRO; ALMEIDA, 2004, p. 16).

O estudo da violência, por todas estas razões, requer delimitação, verificação das causas e suas formas de manifestação em campos específicos, pois comporta leituras diferenciadas que incorporam práticas diversas, segundo o grupo ou classe social que as vivencia (STIVAL, p. 99). Enfim, pode-se dizer que “não existe uma violência, mas violências que devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares” (BRITTO, 1994, p. 150).

Violência no Brasil: breve histórico

Não é segredo que a violência no Brasil não é um fenômeno recente, pois remonta séculos de Colonialismo, escravidão e períodos mais recentes de regimes autoritários, além da maior visibilidade das violências no mundo atual, consubstanciadas no crime organizado, na alta taxa de homicídios e aumento avassalador do consumo e tráfico de drogas. As fronteiras entre as diversas expressões de violência, no entanto, ainda não são claras enquanto a chamada violência interpessoal encontra-se “profundamente arraigada na enorme desigualdade que existe entre as classes dominantes e quase todo o resto da população” (PINHEIRO; ALMEIDA, 2004, p. 29). Nesse sentido, devem ser buscadas as causas da violência num conjunto de fatores históricos, que remontam, por exemplo, os séculos de escravidão e as ditaduras do Estado Novo e do Regime Militar, ainda com “forte representação no contexto da violência brasileira e nas práticas sociais” (2004, p. 30). A sociedade brasileira ainda enfrenta, apesar da aparente consolidação da democracia, os reflexos do autoritarismo, representados pela impunidade dos torturadores e manutenção da militarização da segurança pública, situações que Paulo Sérgio Pinheiro considera “espécie de aquisição para com o poder arbitrário” (2004, p. 30). Para este autor isso decorre do próprio consenso nos primórdios do regime militar e da diferença deste em relação às demais ditaduras na América do Sul. Somente nos anos 80 é que surge uma rede de movimentos sociais pelos direitos humanos, mas na medida em que ocorre a transição se denota também que o retorno à democracia coincide com a “multiplicação de gangues, máfias e outras organizações criminosas” (2004, p. 30).

Desse modo, se reconhece os avanços no processo democrático formal, mas da mesma forma se observa a ampliação das desigualdades sociais aliadas a uma incapacidade do Estado de resolver a violência por elas provocada. O Estado não consegue prestar contas à população em razão de uma burocrática e corrupta relação de poder que impede a sua responsabilização pelas mazelas sociais.

Soma-se a isso, no caso da educação, uma “quebra de promessas” (SCHILLING, 2004, p. 73), mediante o esvaziamento do sentido da escola, por não mais garantir uma vida digna ao jovem que aceitou as regras e promessas ditadas pelo processo educativo formal. Para Marília Pontes Sposito, nesse

clima de insatisfação, “a escola, sobretudo para a geração atual, desejosa de ter acesso aos padrões de consumo de massas, não aparece como canal seguro de mobilidade social ascendente para os mais pobres” (*apud* SCHILLING, p. 71). Soma-se também a existência de um estado de não - direito, onde a maioria da população não tem acesso às garantias básicas do cidadão definidas pela Constituição, notadamente os acesso pleno à saúde, educação, moradia, justiça, entre outros direitos fundamentais.

Nessa linha, há consenso acadêmico de que houve mudança no padrão da criminalidade urbana no Brasil entre meados e fins dos anos 70, principalmente nas regiões metropolitanas do Rio, São Paulo e Belo Horizonte (PINHEIRO; ALMEIDA, 2004, p. 35). Nesse período se dá o aumento das taxas de homicídios, roubos, furtos e se engendra o crime organizado, que se consolida nos anos 80 com a expansão do tráfico de drogas e o emprego de armamento sofisticado, atraindo a juventude para as redes criminosas.

Atualmente a questão da criminalidade juvenil se tornou mais evidente, nos debates sobre a redução da maioridade penal, em razão da elevação dos índices de atos infracionais dolosos contra a vida praticados por adolescentes. Além disso, se observa uma maior atração dos jovens pelo crime organizado diante da promessa de dinheiro fácil, rápido e de obtenção de “poder”² nas comunidades onde estão inseridos. Desse modo, adolescentes e mesmo crianças passam a se dedicar ao comércio e ao transporte de pequenas quantidades de drogas, os chamados “aviõezinhos” ou “mulas”.³

Finalmente, o aumento da violência pode ser atribuído ainda ao processo de industrialização e do êxodo rural que promoveram o inchaço populacional das cidades sem a correspondente inclusão no mercado de trabalho e condições sociais mínimas para toda a população. Analisando a questão da violência nas escolas, a pedagoga Maria Cristina Stival apurou que tal fato tem origem no acelerado processo de “industrialização e das migrações do campo para as cidades, além de outros fatores como desemprego, drogas,

² Segundo pesquisa realizada pelo Observatório das Favelas, no Rio de Janeiro, a inserção no tráfico de drogas se dá pela motivação econômica e à falta de acesso ao mercado de trabalho, mas também por elementos de ordem subjetiva, são adrenalina, sensação de poder e o prestígio que os adolescentes atingem nas comunidades ao fazerem parte dessa rede criminosas (Rede de Educação Cidadã. Disponível em: <<http://www.recid.org.br>>. Acessado em: 16 agosto 2008.

³ Gírias existentes no mundo do crime para designar as pessoas que comercializam e transportam a droga, em pequenas quantidades.

etc. que se acentuam de maneira preocupante na sociedade brasileira” (2007, p. 25).

Violências nas escolas

Ao tratar da violência no atual contexto escolar, nota-se que esse debate constitui uma das pautas de urgência nas discussões estruturais e pedagógicas do Ensino. Mais recentemente, as agressões físicas, mortes, vandalismo e outras manifestações entre os próprios alunos, bem como os casos de agressões envolvendo professores, passaram também a ser pauta dos meios de comunicação. A excessiva repercussão dos fatos cria um clima de indignação entre os educadores, assustados que estão em razão da frequência e do grau de violência registrados.

Como explicar o aumento destes fatos no interior da escola? Quais as causas e prováveis conseqüências em curto espaço de tempo? Como a escola deve tratar a questão da violência? Para entender esse fenômeno, algumas respostas podem ser buscadas em uma revisão histórica destas manifestações ao longo de três décadas.

No final dos anos de 1980 e início da década de 1990, ao mesmo tempo em que o país iniciava seu processo de redemocratização, a violência se expandia nos grandes centros urbanos e passava também a afetar o ambiente escolar. A princípio se tratava de violência provocada pelas demandas sociais não atendidas, mas passou a ocupar também o espaço da escola, trazendo o tema para o centro do debate pedagógico.

Escola tradicional e legitimação da violência

Até o início dos anos 1980, a escola, essencialmente excludente em relação ao acesso, legitimava o exercício da autoridade e da disciplina ao professor que, de certo modo, detinha o monopólio da violência física e moral sobre os alunos. Os estudos anteriores à década de 1970 tinham como objeto: “as preocupações e as análises que recaíam sobre o sistema escolar enfocavam a violência dos professores contra os alunos, exteriorizada nos castigos físicos e morais” (MARRA, 2007. p. 55).

Os poucos estudos existentes enfocavam a violência sob a ótica da relação professor/aluno, manifestada por castigos físicos e morais para a

preservação da autoridade para “fazer valer as regras e as normas institucionais” (SPOSITO *apud* MARRA, 2007, p. 56), com reduzidas possibilidades de contestação pelos dos estudantes. Nesta preservação da autoridade, quem ousasse responder ao professor ou deixasse de fazer as tarefas, era obrigado a permanecer por algumas horas de joelhos sobre grãos de milho, tampinhas de garrafas, a usar chapéu de burro e até mesmo receber uma surra de vara.

O símbolo da violência na educação tradicional, no entanto, é a palmatória⁴, introduzida pelos Jesuítas e só abolida definitivamente do meio escolar com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que reconheceu os direitos fundamentais e proibiu toda e qualquer forma de constrangimento. Esta violência, no entanto, não era exteriorizada e por isso não havia qualquer interesse no seu estudo, até porque era consentida e legitimada pelos pais, para que o filho alcançasse o sucesso escolar (LIMA, 2004).

Exclusão e violência patrimonial

A escola pública, sem preparo para atender à grande demanda de vagas, com o advento da universalização do acesso, passa também a enfrentar os problemas de insegurança e violência vivenciados pelas demais instituições e organizações sociais. Desse modo, o fenômeno da violência praticada por alunos passa a se tornar público nos anos 1980, num “quadro de uma ampla demanda de segurança pública por parte dos moradores das periferias dos centros urbanos” (SPOSITO, 2001, p. 90), passando a integrar a rotina na educação brasileira, na medida em que desaparecia a prerrogativa disciplinar do professor que castigava física e moralmente o aluno para manter a disciplina e a autoridade escola.

Esse período é marcado pela violência contra o patrimônio, na forma de depredação dos prédios escolares, constituindo uma “violência contra a escola, que aparentemente, não é vista como um bem público a ser preservado” (SCHILING, 2004, p. 79). Estas ações eram cometidas por ex-alunos excluídos do processo educacional pela escola em transição neste período histórico.

⁴ Haste com uma peça circular de madeira, com furos em forma de cruz. Quem apanhava com o instrumento ficava com bolhas na mão similares aos desenhos dos furos.

Uma das poucas pesquisas dessa época é a de Áurea Guimarães, em 1984, que analisa duas escolas públicas em Campinas, mas do ponto de vista do controle e da vigilância exercidos por professores e profissionais da escola. (GUIMARÃES, 1985).

Nesta década ainda se verifica um movimento histórico referente às notificações de atos de violências ocorridas nas escolas e implicações pedagógicas no campo educacional, mas com certa precariedade nos relatos pelas escolas (STIVAL, 2007, p. 28). Mas é na demanda por segurança pública por parte dos moradores da periferia dos centros urbano que o fenômeno da violência nos estabelecimentos escolares se torna visível e passa a acompanhar a rotina do sistema de ensino público no Brasil, desde o início dos anos 1980. Trata-se da denúncia pela mídia das “constantes depredações dos edifícios e invasões, observadas nos períodos ociosos, em especial nos fins de semana” (SPOSITO, 2001). Nesse sentido, havia um consenso de que o patrimônio físico escolar precisava ser preservado da ação dos delinquentes sem vínculo com a escola.

A educadora Felícia Reicher Madeira discorda da atribuição à pobreza como uma das principais causas da violência (inclusive na escola), evidenciada, segundo ela, no discurso de esquerda na década de 1990. Para ela, esta teoria não se confirma e ao mesmo tempo se descaracteriza diante das atuais e múltiplas formas de manifestação de violências na escola, não relacionadas às questões sócio-econômicas exclusivamente. Por isso, propõe que “é necessário evitar o discurso recorrente que associa fortemente pobreza/juventude e violência” (MADEIRA, 1999), pois este evidenciaria a estigmatização do jovem pobre e amplia a sua discriminação, o que não deixa de ser mais uma forma de violência.

Agressões interpessoais

Nos anos 90, nos vários estudos sobre juventude e violência aparecem, no âmbito da escola, além da violência patrimonial, as agressões físicas entre alunos e os primeiros casos de agressões a professores. Segundo ainda Marília Pontes Sposito, nesse período, surgem novas manifestações de violência, apontando a continuidade de atos de vandalismo, mas também “práticas de agressões interpessoais, sobretudo entre o público estudantil.

Dentre essas últimas, as agressões verbais e ameaças são as mais freqüentes” (SPOSITO, 200, P. 94).

No final dos anos 1990 e início do ano 2000, são feitas pesquisas amplas para a compreensão das violências escolares, numa perspectiva da vitimação no ambiente escolar, ou seja, a percepção por aquele que se expõe aos atos de violência. O Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), em parceria com o Instituto Sou da Paz, anotou o perfil dos vitimados e constatou a incidência de pequenos atos de incivildade, mas sobretudo identificou uma relação entre a violência externa e interna (SCHILLING, 2004, p. 75).

Outra pesquisa realizada pela Unesco em 2001⁵, mais ampla, realizada em várias capitais brasileiras, procurou construir um conceito de violência a partir dos vitimados e concluiu que as violências nas escolas não “constituem em dados objetivos, mas experiências vivenciadas de formas múltiplas e distintas por aqueles que a sofrem” (SCHILLING, 2004, p. 78).

Esse trabalho, no sentido de investigar o fenômeno no contexto escolar, decorre ao mesmo tempo em que a intensificação de veiculação pela mídia de notícias sobre violências nas escolas, provoca um sentimento de insegurança e de indignação da sociedade e leva a um amplo debate sobre adolescência, violência e escola, testemunhada por Felícia Reicher Madeira⁶:

O empenho e o envolvimento da mídia com a seqüência de manifestações criminais praticadas por crianças e adolescentes no ambiente escolar, neste início de ano, reiteram a importância do tema para aqueles que têm se envolvido nesta discussão. Na verdade, são inúmeros os estudos – nacionais e internacionais – nos quais as representações sociais do crime e da violência e o conseqüente medo da população são apresentados e tratados como irracionalidades geradas pela mídia, que incentiva o sentimento de insegurança das pessoas através do exagero ou excessiva exposição de notícias sobre o crime (MADEIRA, 1999).

Para a socióloga paulista, a chamada “síndrome da violência por contágio da mídia” acabou por abalar os educadores, acentuando as tensões e conflitos nas escolas e provocou a ampliação do afastamento e dos desencontros entre e alunos e professores.

⁵ Pesquisa Violência, Aids e Drogas. Brasília: Unesco, 2001.

⁶ Socióloga, diretora executiva da Fundação Seade - SP

Diversidade e categorização das violências

Segundo a socióloga Miriam Abramoway, nestes últimos dez anos, a escola vem enfrentando mudanças significativas e grandes dificuldades para se ajustar diante de problemas de gestão, das tensões internas e da desorganização da ordem social que se expressam “mediante fenômenos exteriores à escola, como a exclusão social e institucional, a crise e o conflito de valores e o desemprego” (ABRAMOWAY, 2003, p.78).

Por outro lado, a mesma mídia que veicula intensamente as ocorrências de violências nas escolas impõe o consumo como condição de vida, o que acaba por refletir negativamente na juventude em idade escolar e no seu desejo de consumo reprimido, dando causa a novos conflitos. Nesse sentido, “a própria freqüência à escola assume uma espécie de consumo típico do jovem” (MADEIRA, 1999), aliado a simbólicos modos de vida que valorizam a juventude e a beleza corporal.

Nesse contexto, a pesquisadora da Unesco constata que a escola não consegue responder a estes conflitos, principalmente por não conseguir atender à expectativa da juventude no seu tempo livre. Isso acaba por diminuir as relações de confiança e abre um enorme distanciamento entre professores e alunos. Trata-se de um espaço com diferentes modalidades de violência física, uso e tráfico de drogas, violência sexual, homicídios, violência simbólica ou institucional, que se revela “nas relações de poder e na violência verbal entre professores e alunos, ou seja, na confusão entre autoridade e autoritarismo” (STIVAL, 2007 p. 98).

Assim se dissemina uma concepção de violência escolar como resultado da diversidade de formas de manifestação, considerando as relações sociais e a realidade vivenciada em cada estabelecimento. A violência no âmbito escolar passa, por isso, a ser concebida no seu plural, “violências”, sobretudo diante da impossibilidade ou impropriedade de construção de um conceito que abranja esta diversidade de tensões. Esta concepção foi adotada na “Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, da Unesco, em 2001” com objetivo de:

Se referir à pluralidade das dimensões envolvidas [...], que tem a vantagem, adicional de situar o fenômeno não em um sistema institucional, genericamente considerado, mas contemplar a especificidade espacial e temporal de cada uma das suas unidades (ABRAMOWAY, 2003, p.15).

Nesse sentido, as violências são compreendidas como resultado das relações desenvolvidas no próprio contexto escolar, em suas múltiplas formas, com intensidade e gravidade variadas, em consonância ao contexto social amplo, marcados por processos de exclusão, desemprego, entre outras situações dissociadas deste caráter. Assim, da compreensão de que violência escolar significa “aquela que nasce no interior da escola ou como modalidade de relação direta com o estabelecimento de ensino” (SPOSITO, 1998, p. 64), passa-se a estudá-la conforme a divisão proposta por Debarbieux (1996) entre “violência da escola” como aquela produzida no interior da escola e como “violência na escola”, a que embora praticada na escola tenha relação com situações que fogem ao contexto escolar (*apud* MARRA, 2007, p. 39).

As incivildades

CHARLOT (2002) amplia esta conceituação, ao separar “violência na escola” como “aquela que se produz dentro do espaço escolar sem estar ligada à natureza e às atividades da escola; “violência à escola” como sendo aquela “ligada à natureza e às atividades da instituição escolar” e “violência da escola”, que consiste na chamada violência institucional ou simbólica onde os alunos “suportam da maneira de como a instituição os tratam (modo de composição de classes, de atribuição de notas, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerado pelos alunos como injustos ou raciais” (CHARLOT, 2002).

A pesquisa da UNESCO, em 2001, adotou esta classificação e passou a trabalhar um conceito amplo de violências, abrangendo as múltiplas formas verificadas no ambiente escolar, a partir da ótica dos vitimados. Miriam Abramoway (2003, p. 77) descreve que os relatos de violências cotidianas passam pelas incivildades, violência verbal, humilhações e exclusões sociais. Tais situações se agravam quando tendem a se naturalizar no contexto dos atores escolares, tornando-se algo sem importância, ampliando o sentimento de vitimação. Nessa pesquisa ainda se adotou o termo “incivildade” para designar as humilhações, intimidações, grosserias e falta de respeito.

Charlot introduz três categorias de compreensão das tensões na escola distinguindo violência, transgressão e incivildade. Ele se coloca entre os pesquisadores que defendem que o termo violência deve ficar reservado ao

que “ataca a lei como uso da força ou ameaça usá-la.” (CHARLOT, 2002,) ou seja, aquele que comete um crime ou ato infracional tipificado no ordenamento penal. A transgressão seria o comportamento contrário aos regulamentos da escola, falta de respeito, etc. Já a incivildade não seria reação, nem contra a lei, nem contra o regulamento escolar, mas “às regras de boa convivência”, consubstanciadas em desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas e nas brincadeiras de mau gosto que, violadas cotidianamente, constituem ataque ao direito de cada envolvido de ser respeitado como pessoa. As incivildades, muitas vezes, estão escondidas nas deterioradas relações interpessoais do cotidiano escolar, tendo em vista que o “aluno chega à escola com deficiências na formação ética e moral, desvinculado das noções básicas de relacionamento humano, de tolerância e de respeito pelo outro” (NUNES, 2007, p. 48).

As incivildades, por parte dos alunos, podem se constituir na recusa às atividades, piadas de mau gosto e indiferença para com a aprendizagem, afetando sobremaneira as relações no ambiente escolar. Forma-se um clima onde professores e alunos se sentem atingidos em sua identidade e dignidade pessoal e profissional, uma atitude anti-social que passa a ser interpretada por violência. É oportuno ressaltar que as incivildades tendem ainda a representar um mecanismo de insatisfação dos alunos com a instituição escolar e, aliado, ao mesmo tempo, “às dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para que tais condutas assumam a forma de um conflito capaz de ser gerido no âmbito da convivência democrática” (SPOSITO, 2001, p. 100).

Desta forma, sem estereotipar um conceito de violência, em razão da dinâmica e da diversidade das suas manifestações na escola, não basta tratar como violência tão somente a agressão física, a depredação do patrimônio ou a pressão psicológica. No estudo das violências no contexto escolar será necessário considerar a percepção dos vitimados, de quem se encontra exposto aos diversos tipos de violências, sejam físicas, psicológicas, simbólicas ou identificadas enquanto incivildades⁷. No processo de investigação das violências nas escolas, por isso, “é o próprio aluno, e não o pesquisador, que diz o que deve ser considerado como violência” (CHARLOT, 2002).

⁷ Atualmente alguns pesquisadores em lugar de intimação ou incivildades, adotam o termo microviolência. (MARRA, 2007. p. 53).

Importância do diálogo

Na investigação e compreensão do conceito de violências entre os adolescentes não pode ser omitido o diálogo aberto, buscando-se uma análise do que eles dizem e, sobretudo, do que omitem. As violências, muitas vezes, permanecem escondidas, diante da inexistência de espaço de denúncia em razão da omissão da escola em identificar as atitudes contrárias à dignidade humana. Interpretar essa memória da violência faz sentido, tendo em vista que, muitas vezes, a falta do diálogo é a causa principal das práticas violentas no espaço escolar. A importância da história oral aliada à interpretação do silêncio é destacada, nesse sentido, por Michael Pollack:

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que a sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (1989).

Desta forma, não basta entender e identificar a violência no contexto escolar e distingui-la por categorias, sobretudo, aquela por vezes silenciada pelas vítimas. É preciso preveni-la e disso depende um longo trabalho com envolvimento de toda a comunidade escolar, que possibilite ao estudante um sentido de pertencimento, porque “os anseios de manifestar na escola a sua marca de viver a juventude não podem ser ignorados, nem visto como obstáculos aos estudos” (MADEIRA, 1999).

Por fim, nesse avanço das múltiplas manifestações de violência no contexto escolar, dissemina-se também na atualidade um discurso baseado na intervenção na escola através do endurecimento do controle e da disciplina dos alunos, em princípio legitimado pelas pesquisas que buscam classificar os conflitos no ambiente escolar. Nesse caso, há pesquisadores que divergem da compreensão da violência sob o viés sócio-econômico e comportamental dos alunos apenas, por considerarem que isto enfraquece o debate teórico.

A atribuição do avanço da violência escolar a questões sócio-econômicas, para pesquisadores como Rosana Del Picchia Nogueira e Carlos Alberto Máximo Pimenta⁸, engessa a compreensão de outras expressões de

⁸ GT: Sociologia da Educação/n.14/PUC/SP.

socialização e deve incluir uma ampla análise do fenômeno mediante os enfoques histórico-institucional, sócio–econômico, político e cultural.

Para esses autores, vivemos numa sociedade multifacetada, herdeira de um individualismo perpetrado pelos regimes militares e de imposição de uma padronização cultural. Assim, múltiplas são reações subjetivas e a escola se constitui no local propício para a emergência destas manifestações, expressadas, muitas vezes, como forma de resistência.

Concluindo, de acordo com essa perspectiva, não se poderiam classificar conflitos e atos de violência, atribuir responsabilidades ou impor um dever de disciplina sobre os alunos, sem antes compreender a extensão e a mensagem expressadas por estas manifestações no âmbito da escola.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Atividade 01

As atividades propostas nesta produção didático-pedagógica têm como objetivo de auxiliar o professor no estudo histórico-teórico sobre a violência e sua manifestação no contexto escolar. Por isso, inicialmente é necessário que o professor, independente de sua disciplina, estimule os seus alunos para o estudo e debate sobre o fenômeno das violências no decorrer do período histórico analisado.

A proposta pode ter como marco inicial um Seminário de Textos, em vista deste estudo teórico-conceitual da violência, individual ou em grupos mediante a indicação de sugestões de leituras sobre o tema, notadamente o presente texto.

O professor poderá distribuir este material aos alunos, bem como o artigo “Violências no cotidiano das escolas”, da pesquisadora Miriam Abramovay, que integra a obra “Escola e violência” que pode ser baixada do sítio eletrônico <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128717.pdf>.⁹ e outros textos que podem ser encontrados na bibliografia sugerida ou mesmo em buscas na Internet.

⁹ ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência** / Miriam Abramovay et alii. – Brasília: UNESCO, 2002.

Atividade 02

Após a leitura e socialização das impressões sobre o tema, por todos os alunos nos grupos, sugerir que se elabore um quadro, indicando e diferenciando as categorias de violências nas escolas (violência física, violência patrimonial, violência simbólica, violência psicológica, violência institucional, transgressão, incivilidade, etc), apontadas pelos vários autores nos textos lidos, buscando conceituá-las e indicando formas de manifestação em cada uma delas.

Atividade 03

O professor poderá trazer para a sala de aula ou sugerir que os alunos procurem notícias relativas à violência (jornal, rádio, televisão, Internet), de preferência relacionadas à escola, para uma análise nos grupos em sala de aula. Os alunos poderão discutir o contexto de cada notícia, relacioná-las, por exemplo, à classificação elaborada no quadro na atividade inicial, entre outras impressões. Por último, o professor poderá instigar os alunos ao debate sobre as causas da violência bem como o papel e o discurso da mídia na abordagem da violência social e, especificamente, no caso das escolas.

(Obs. Não sendo possível encontrar recortes de jornais ou reportagens de televisão sobre o tema, na Internet é possível localizar notícias do assunto mediante pesquisa em sítios de busca, indicando o termo “violências nas escolas” e selecionando os resultados idôneos para impressão e distribuição aos alunos transformando em material multimídia para uso na *TV Pendrive*).

Atividade 04

Por fim, sugerir que os grupos analisem fatos, comportamentos e situações da própria escola, conforme a concepção teórica estudada quanto às categorias e formas de manifestação das violências. O professor pode solicitar que os alunos identifiquem e relacionem eventuais situações que podem ser consideradas como violência e suas causas, evitando individualizá-las. No final dos trabalhos, cada grupo terá liberdade de produzir um trabalho para

exteriorizar o resultado do estudo, para apresentação à turma ou mesmo aos demais alunos da escola, na forma de cartazes, multimídia, teatro, história em quadrinhos, entre alternativas, a critério dos alunos, enfatizando, se for o caso, formas de prevenção das violências.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Miriam. **Escola e violência**. 2. ed. Brasília: Unesco/UCB, 2003.

_____. **Violências nas escolas**: versão resumida. Miriam Abramoway et alii. Brasília: Unesco Brasil, REDE PITÁGORAS, Instituto Ayrton Senna, UNAIDDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2003.

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MEC, 2004.

CHARLOT, Bernard. Trad. Sonia Taborda. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam a questão. In: **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, jul/dez. 2002, p. 432-443. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 24 jun. 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GUIMARÃES, Áurea M. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas: Papirus, 1985.

LIMA, Raymundo de. Palmada Educa? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 42, nov/2004. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/lima.htm>>. Acesso em 30 jul. 2008.

_____. Violência na/da escola. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 78, nov/2007. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/078/78_ima.htm> Acesso em: 30 jul. 2008.

MADEIRA, Felícia Reicher. Violências nas escolas: quando a vítima é processo pedagógico. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 13, n. 4, 1999, p.49-61. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v13n04/v13n_0405.pdf>. Acesso em 12 ago. 2008.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. **Violência escolar**: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

NOGUEIRA, Rosana M. C. Del Picchia A.; PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Escola e violências**: uma reflexão possível. GT: Sociologia da Educação / n.14/PUC/SP. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt14/gt14845int.doc>> Acessado em: 29 out. 2008.

NUNES, Sadi. **Violências e cultura de paz nas escolas**. Toledo: Fasul Editora, 2007.

ORTEGA, Rosário; DEL REY, Rosário. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Tradução de Joaquim Ozório. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; ALMEIDA, Guilherme de Assis de. **Violência urbana**. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2003. (Folha Explica).

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2 n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHILLING, Flavia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2004. (Coleção: Cotidiano escolar).

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação**, São Paulo, n 104, 1998.

_____. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educ Pesq.** São Paulo: USP, v. 27, nº 1, jan./jun. 2001, p 87-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 18 jul. 2008.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper. **Políticas públicas do Estado do Paraná: a violência nas escolas e a ação da patrulha escolar comunitária**. Curitiba: UTP, 2007. (Série Dissertações).

WAISELFISZ, Julio Jacob; MACIEL, Maria. **Revertendo violências, semeando futuros**: avaliação de impacto do programa abrindo espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Brasília: Unesco, 2003.